



## **Ata da Reunião da Equipe Técnica da UFSC com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina.**

**Pauta:** A reunião da Equipe Técnica da UFSC com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina foi convocada pelo Conselho, via ofício. A reunião ocorreu no dia 07 de março de 2023 de modo presencial, no Salão Comunitário Centro, situado à Rua Manoel Duarte, nº 123, bairro Centro. O objetivo da reunião foi apresentar a leitura da cidade, elaborada pela equipe técnica da UFSC, ao Conselho de Desenvolvimento Territorial (CDTA) de Angelina.

**Gravação Integral da Reunião disponível em:** <https://youtu.be/rH1j39--wVw>

**Redação da Ata:** Maria Carolina Furlan Romi - Equipe Técnica UFSC

### Primeira Parte - Cumprimentos

A Audiência teve início às 19h05min com o Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do CDTA, fazendo as apresentações para a primeira reunião mensal ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do ano de 2023, e saudando os presentes. Michael também faz saudações, reiterando a importância do processo de revisão do Plano Diretor. Dauri justifica a ausência de alguns conselheiros a essa reunião e prossegue apresentando a pauta: a apresentação da leitura da cidade, elaborada pela equipe técnica da UFSC, aos membros do Conselho. A pauta foi aprovada pelos presentes.

Dauri esclarece que as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Territorial são realizadas na última terça-feira de cada mês. A presente reunião, que deveria ter sido realizada em 28/02/2023, teve sua data alterada para 14/03/2023, excepcionalmente, por solicitação do Prof. Samuel. Dauri sugere que as reuniões sejam mantidas na última terça-feira de cada mês. Todos concordam. A próxima reunião será em 28/03/2023.

### Segunda Parte - Apresentação

O Prof. Samuel introduz a apresentação, explicando que o material que será apresentado ao Conselho sintetiza os dados que foram levantados e analisados pela equipe sobre o município, tanto na leitura técnica, quanto na leitura comunitária, e que o objetivo desta reunião é abrir um canal de diálogo entre equipe técnica e Conselho. Explica que a apresentação do diagnóstico deverá ser seguida da sua aprovação pelo Conselho, para posterior apresentação e aprovação em audiência pública. Na sequência, apresenta o cronograma do processo de revisão,



elucidando as etapas seguintes: audiência pública para aprovação do diagnóstico; elaboração de eixos de ação e diretrizes estratégicas acompanhada da segunda rodada de oficinas territoriais; elaboração do anteprojeto de lei, que será avaliado em consulta pública; e conferência pública final, para aprovação da lei pelo Conselho.

O Prof. Samuel inicia a apresentação do material falando sobre a inserção de Angelina na Região Metropolitana de Florianópolis, em situação de relativo isolamento em relação aos demais municípios que compõem a RMF; Angelina situa-se fora do eixo de expansão da área conurbada da RMF. Isso se deve tanto pela conformação da estrutura viária, quanto pela geografia do município, cuja topografia é acidentada. Explica que essa configuração impõe ao planejamento urbano a demanda de estratégias de qualificação da cidade em detrimento de estratégias de expansão urbana, considerando seu crescimento demográfico estável. Comenta sobre a expectativa de pavimentação da BR-108, que passa pelo município, que pode configurar futuramente um eixo de escoamento na direção da BR-282, e que poderá causar impactos locais.

O Prof. Samuel mostra que os eixos de expansão e crescimento populacional da RMF se dão majoritariamente sobre áreas de cotas mais baixas e mais planas, características diferentes das observadas em Angelina.

A respeito de sua demografia, o Prof. Samuel apresenta que verificou-se decréscimo populacional no município no intervalo de 1980-2022. No entanto, no intervalo de 2010-2022 houve aumento populacional em Angelina, porém ínfimo, de 250 habitantes. O município apresenta densidade demográfica muito baixa em quase todo o seu território, isto é, uma população pequena e distribuída de maneira esparsa, e isso atribui características específicas ao planejamento urbano. Analisando a pirâmide etária do município, verificou-se que a população de Angelina é mais idosa que a média nacional e tem um perfil de tendência de envelhecimento.

Quanto à economia, o Prof. Samuel fala que Angelina apresenta base econômica rural, lastreada majoritariamente na atividade agrícola, acompanhada dos serviços que dão suporte a ela. Samuel explica que, em relação à economia, o papel do Plano Diretor é, depois de identificado que tipo de atividade econômica se almeja para o município, não dificultar o desenvolvimento desta. A estratificação do município é equilibrada; não há estratos de renda muito alta, tampouco muito baixa. A arrecadação do município é limitada e seus recursos vem majoritariamente de repasses do governo estadual. Samuel explica que, diferentemente de outros municípios, Angelina tem gasto relativamente baixo com pessoal, o que abre margem para investimentos em outras frentes de despesas. As maiores despesas



do município são a manutenção de estradas, compra de equipamentos, e transporte e merenda escolar.

A estrutura institucional da Prefeitura Municipal é enxuta; Samuel explica que há poucos cargos comissionados e que a maior parte dos servidores se concentra nos setores de Saúde, de Assistência Social e de Educação. O prof. Samuel destaca a insuficiência de corpo técnico para tratar de assuntos que dizem respeito ao planejamento urbano: há apenas 01 engenheiro, responsável pelas questões relativas ao PD, pela aprovação de projetos de arquitetura e de engenharia e pela fiscalização de obras públicas.

Acerca da dinâmica territorial de Angelina, o Prof. Samuel comenta que o município é conformado por 03 macrozonas urbanas, Sede, Garcia e Barra Clara, que se distribuem bem, de certa forma, no território municipal, podendo dar suporte às macrozonas rurais próximas, que totalizam 05. Samuel passa rapidamente pela caracterização das macrozonas. Acerca das macrozonas urbanas, destaca o crescimento expressivo observado em Coqueiros, localizado em área rural, em contraposição à macrozona urbana de Garcia, que tem ocupação ínfima, grande suscetibilidade ambiental e não sofreu alterações nos últimos 15 anos. As macrozonas urbanas Central e de Barra Clara também pouco se alteraram. Samuel questiona: dado o cenário de crescimento moderado, é preferível ampliar o perímetro urbano ou qualificar as áreas urbanas que já existem? Além de Coqueiros, Samuel comenta que Rio Engano apresenta características que podem configurá-lo um núcleo urbano. Apresenta, para cada macrozona urbana, números que relacionam as áreas ocupadas às áreas disponíveis para ocupação, bem como as áreas de restrição ambiental.

O Prof. Samuel mostra o mapa dos imóveis cadastrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que apresentam, majoritariamente, áreas de mais de 10 mil hectares. Samuel fala que a característica de ocupação de Angelina é rural-urbano e que é papel do Plano Diretor propor instrumentos que dialoguem com isso e com sua dinâmica demográfica. Sobre a estrutura fundiária, Samuel comenta que há incongruências entre propriedade rurais e o perímetro urbano, de forma que foram verificadas sobreposições entre os dois tipos de propriedades. Sobre a delimitação do perímetro urbano, o Prof. Samuel comenta que as manchas de ocupação do município serão avaliadas, de forma a identificar quais reúnem o conjunto de critérios que configura o uso urbano do solo e que, portanto, devem ser delimitadas como perímetro urbano.

Passando para a apresentação dos aspectos ambientais do município, o Prof. Samuel inicia apresentando a característica dos solos de Angelina, que possui seu território majoritariamente composto por Cambissolo Ca5 e Ca11, que possuem



fertilidade limitada e suscetibilidade à erosão. O relevo de Angelina é íngreme e possui planícies estreitas, que apresentam alta suscetibilidade de deslizamento. Quanto às áreas de risco e desastres, o Prof. Samuel comenta que o mapeamento ao qual a equipe teve acesso é do ano de 2015, e que se pretende atualizá-lo com as ocorrências de deslizamentos do ano de 2022.

Acerca das áreas ambientalmente protegidas, o Prof. Samuel fala que o Plano Diretor vigente delimita as seguintes áreas de preservação permanente (APP): APP da Serra do Diamante; APP da Serra da Bela Vista; APP da Serra do Rio Engano; e APP da Serra dos Faxinais; estas se localizam sobretudo nas áreas de topografia mais alta e abrigam muitas das nascentes da Bacia do Rio Tijucas, que revelam a importância do município quanto à preservação dos recursos naturais da Região Metropolitana.

Em relação aos recursos minerais de Angelina, argila e areia predominam. o Prof. Samuel comenta que, de todas as áreas registradas junto à Agência Nacional de Mineração, 60% delas se encontram em fase de pesquisa.

Angelina apresenta grande valor ambiental, com um conjunto representativo de elementos naturais. Seu território é recoberto majoritariamente por Floresta Ombrófila Densa. A cobertura vegetal do município é composta majoritariamente por formação florestal.

Na sequência, o Prof. Samuel apresenta mapas aproximados das três macrozonas urbanas, com a delimitação das áreas com restrições ambientais. Deles, ressalta: no distrito Sede, 40% do perímetro urbano é composto por áreas com restrição ambiental; no Garcia, excluindo as áreas com restrições ambientais, resta uma pequena parcela para a ocupação de caráter urbano, que é marcada por uma topografia relativamente acidentada; em Barra Clara, há áreas de possibilidade de expansão mais representativas.

Samuel apresenta brevemente um estudo que foi feito pela equipe para uma área do Garcia, que mostra uma imagem aérea da ocupação do atual do Garcia e a delimitação de dois *buffers* no corpo d'água, um de 30 metros e um de 50 metros. Nele, se verifica que muitas das edificações atuais se localizam dentro do *buffer* de 50 metros, o que configura irregularidade. Samuel ressalta que o papel do Plano Diretor não é regularizá-las, mas sim delimitar as áreas urbanas consolidadas do município, que poderiam ser sujeitas a regularização, por apresentarem características de uso urbano. Com o mesmo objetivo de simulação, mostra os estudos feitos para Barra Clara e Rio Engano. A Sra. Cíntia coloca que, dados os episódios de deslizamentos, devido às chuvas intensas ocorridas em 2022, muitos angelinenses mudaram de ideia sobre desejar a redução das áreas de APP que



acompanham os cursos d'água (os *buffers*), uma vez que essas áreas não são seguras. Samuel fala que o objetivo do Plano Diretor é compatibilizar as demandas da população com uma atuação ambientalmente responsável no território. Acerca das áreas de risco, o Sr. Cláudio sugere que a Defesa Civil seja contatada para participar e dar suporte ao debate sobre essas áreas.

Acerca da questão habitacional, o Prof. Samuel fala sobre a escassez de dados no plano institucional. O município não tem um plano, um fundo, nem um conselho de habitação. Explica que isso é preocupante pois, caso a Prefeitura venha a ter interesse em obter financiamento habitacional por meio de algum programa nacional, como o Minha Casa Minha Vida, não será possível, por não ter um plano, um fundo e um conselho de habitação. No Plano Diretor vigente são demarcadas duas AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social). o Sr. Cláudio e o Sr. Michael comentam que em momento posterior à elaboração do Plano houve a demarcação de uma outra AEIS. Samuel comenta sobre os mais de 90 processos de regularização fundiária que foram abertos e cujos imóveis, no entanto, ainda não foram regularizados pois não constituem núcleos urbanos consolidados; a equipe analisará os processos e apresentará um parecer ao Conselho.

Sobre o Plano Diretor vigente, sua análise permitiu que a equipe verificasse que a maior parte das diretrizes de planejamento para as macrozonas rurais não está vinculada a instrumentos. Acerca da macrozona urbana sede, o PD vigente propõe 3 zonas: Zona Urbana Central (ZUC), Zona de Ocupação Imediata (ZOI) e Zona de Ocupação Controlada (ZOC); e no interior destas zonas existem delimitadas: AEIS, AUL, SAVU, APP e AT-TAC. Acerca da macrozona urbana de Garcia, o PD propõe 01 única zona, a Zona de Ocupação Controlada (ZOC); nesta macrozona destaca-se a necessidade de refletir sobre a delimitação do perímetro do urbano, que é evidentemente marcado por restrições ambientais. Para a macrozona urbana de Barra Clara, o PD propõe 02 zonas: Zona Urbana Central (ZUC) e Zona de Ocupação (ZOC). O Sr. Michael comenta que, apesar de aparentar ter grandes áreas disponíveis para expansão urbana, a topografia de Barra Clara limita sua ocupação. O Sr. Marcelo Trierweiler questiona sobre a área do lote mínimo, se não seriam 360m<sup>2</sup> ao invés dos 450m<sup>2</sup> apresentados pela equipe técnica. O Prof. Samuel responde que essa informação apresentada na leitura técnica foi extraída da versão consolidada do Plano Diretor atual, mas que isso será verificado e corrigido, caso não esteja correto. O Sr. Cláudio comenta que foi realizada uma audiência pública para reduzir a metragem quadrada do lote mínimo em 360m<sup>2</sup>. Prosseguindo a análise do Plano Diretor vigente, Samuel fala que ele é genérico e que a intenção de sua revisão é torná-lo operacional. Para exemplificar o caráter generalista do Plano atual, o Prof. Samuel comenta sobre os 10 instrumentos urbanísticos que são propostos no Plano que pouco dialogam com as



características e demandas de Angelina.

Retomando a questão das dimensões dos lotes urbanos, o Sr. Lucas comenta que a única alteração do Plano Diretor que ele tem conhecimento é a que foi determinada por um projeto de lei, que estabelece a área máxima de lotes de imóveis urbanos, que antes era 1080m<sup>2</sup> e com a aprovação do projeto de lei passa a ser ilimitada.

Para concluir a análise do PD atual, Samuel apresenta as instâncias participativas que foram previstas no Plano, são elas: Conferência de Desenvolvimento Territorial; Conselho de Desenvolvimento Territorial; Audiência Pública; Plebiscito e Referendo; Projeto de Iniciativa Popular; e Gestão Orçamentária Participativa. Acrescenta que, destas, o Conselho de Desenvolvimento Territorial é a única que foi consolidada e que não há registros de efetivação das demais.

No que se refere ao patrimônio histórico, Angelina apresenta patrimônio religioso relevante. Em levantamento realizado pelo IPHAN e 2006-2007 sobre edificações com potencial interesse cultural-histórico, foram identificados 33 imóveis em Angelina e cabe ao município manifestar o interesse de tombamento. Samuel fala que 05 dos 33 imóveis já foram demolidos. Os imóveis localizam-se majoritariamente no Centro, Betânia, Garcia e Barra Clara. Na revisão do Plano Diretor esses imóveis serão demarcados em um mapa e caberá ao município a decisão a respeito de seu destino.

Quanto à infraestrutura, os equipamentos urbanos coletivos (de educação, saúde e lazer) localizam-se majoritariamente nas macrozonas urbanas. No mapa de equipamentos de lazer, o Sr. Adinei aponta que faltam alguns equipamentos, são eles: o ginásio municipal do Rio Novo; a quadra coberta em Rio Fortuna; a quadra de esporte na Betânia.

Quanto ao sistema viário, o Prof. Samuel apresenta brevemente o sistema viário estruturante de Angelina. Também comenta que foi emitida a ordem de serviço para pavimentação da SC-281, que conecta São Pedro de Alcântara a Angelina. O Sr. Michael comenta sobre uma reunião realizada recentemente na GRANFPÓLIS, na qual se discutiu o fato de os projetos de pavimentação estarem sendo reanalisados, uma vez que se alega que há diferenças entre valores de pavimentação de trechos dos projetos. Sobre a pavimentação da SC-281, o Sr. Michael fala que a obra já foi iniciada, mas foi interrompida pois há um pendência junto ao IMA.

Quanto ao transporte público, o município não apresenta transporte urbano,





somente transporte escolar universitário, sendo que este último ocorre somente 02 vezes na semana. A mobilidade de pedestres e ciclistas é bastante precária no município; as principais vias apresentam longos trechos sem calçada ou com calçada em somente um dos lados da via. Sobre este aspecto, o Prof. Samuel comenta que ele se torna ainda mais delicado no cenário de já haver edificações construídas nas margens das vias.

Sobre o abastecimento de água, o município apresenta somente 01 ponto de captação e tratamento da CASAN. O Prof. Samuel destaca que essa é uma questão importante a ser considerada na delimitação do perímetro urbano. Não há rede geral de tratamento de esgoto no município. A drenagem urbana é precária, e o Sr. Cláudio comenta que vários dos pontos da rede de drenagem nas macrozonas urbanas estão sendo utilizados para despejo de esgoto, ilegalmente.

Sobre a leitura comunitária, que foi composta pela aplicação de um questionário *online* e pela realização das oficinas territoriais, os principais pontos positivos identificados foram: qualidade de vida; gestão de resíduos; limpeza urbana; segurança; meio ambiente; e saúde. Os principais pontos negativos foram: administração/gestão/política pública; coleta e tratamento de esgoto; esporte, lazer e cultura; infraestrutura urbana; oferta de emprego; e falta de incentivo ao turismo. Os principais desejos para Angelina, levantados nos questionários e nas oficinas territoriais, foram: ações para atrair e estimular novos empreendimentos; estímulo às atividades agrícolas local; investimentos em infraestrutura (luz, água, coleta de esgoto, coleta de lixo); saúde; educação; lazer; preservação, entre outros.

O Prof. Samuel avança para a apresentação da síntese geral. Comenta que foi construída a partir do cruzamento das informações obtidas nas leituras técnica e comunitária, que permitiu identificar 05 dimensões principais: uso e ocupação do solo, economia, ambiental, gestão e infraestrutura. As fragilidades do município foram sistematizadas de acordo com essas dimensões de análise. Samuel destaca que o Plano Diretor se debruçará sobretudo sobre a dimensão de uso e ocupação do solo, sendo as áreas de conflitos de uso e ocupação com restrições ambientais um dos pontos de atenção do Plano.

Em relação às PCHs, Samuel fala que um dos problemas que permeia esses grandes projetos é a baixa disponibilidade de análises sobre seus impactos. Sobre isso, o Sr. Michael comenta que as PCHs tem planos de contingência atualizados e fiscalizados pelo governo estadual e pela ANEEL mas que, no entanto, não são efetivos em caso de desastres; complementa que é dever do Conselho e da Defesa Civil cobrar para que o plano seja efetivado. Como encaminhamento, Samuel sugere que seja verificado, na Prefeitura, se já se pode acessar os planos de contingência que estão disponíveis e verificar onde estão disponíveis os planos das PCHs



menores.

Samuel segue apresentando as problemáticas sistematizadas de acordo com cada dimensão de análise e finaliza a apresentação questionando se os membros do Conselho julgam que o material apresentado tem qualidade suficiente para ser apresentado na 2ª Audiência Pública prevista no processo de revisão do Plano Diretor. Comenta que o material será disponibilizado ao Conselho para que possa ser melhor analisado pelos membros, que poderão fazer apontamentos. Samuel também fala que a audiência pública será um espaço aberto para contribuições e que a versão final do diagnóstico será publicada somente depois da audiência.

### Terceira parte - Encaminhamentos

A sugestão do Prof. Samuel é que a 2ª Audiência Pública seja realizada em 28/03/2023. No entanto, o Sr. não identificado fala que o período de três é muito curto para a análise do diagnóstico por parte dos membros do Conselho. O Sr. Michael esclarece que o que será apresentado na audiência pública é somente o diagnóstico, o documento tem teor de análise e não propositivo. Samuel disponibiliza a equipe técnica para se reunir com comissões do Conselho para discussão de aspectos específicos do diagnóstico, caso seja necessário.

O Sr. Lucas comenta que não lembra ter visto informações sobre a questão cultural no município na apresentação. O Prof. Samuel comenta que a escassez de equipamentos de cultura consta no diagnóstico e que no Plano Diretor serão identificadas áreas que podem receber esse tipo de equipamento.

Dauri comenta que a pavimentação da SC-401 é uma questão que aparece nas reuniões do Conselho demandaria atenção.

Se discute sobre o local de realização da 2ª Audiência Pública e se procede à votação sobre a data e o local. **Conforme votação, com a aprovação de todos os membros do Conselho, a 2ª Audiência Pública será realizada no dia 28/03/2023, no Salão da Igreja de Nossa Senhora das Dores, no Garcia.**

### Encerramento

Após a votação, o Prof. Samuel fala que será verificado com a Prefeitura a disponibilização de transporte dos conselheiros para a audiência pública e encerra a reunião.

### **Lista de Presença**







<b>Qnt</b>	<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>	<b>Entidade</b>
1	Dauri Exterkoetter	Centro	CDTA
2	Michael Soares	Centro	PMA
3	Roquilane F. Souza	Garcia	M.Z.U Garcia
4	Walter Souza R. Junior	Centro	PMA
5	Lucas Temes Hames	Centro	Comunidade
6	Jose P. Werner	Centro	Comunidade
7	Cinthia Furbringer	Barra Clara	-
8	Maria Hardt	Centro	Hospital
9	Neli Walter Koerich	Alto Garcia	
10	Maria de Fatima T. De Melo	Barra Clara	Comunidade
11	Adélio N. Cruz	Centro	Angelmigos
12	Maria Aparecida Zimmermann	Centro	CMVA
13	Clarice Baungarten Eli	Centro	Conselho Comunitário
14	Mauro C. Martins	Betânia	-

### **Equipe Técnica da UFSC presente na Audiência**

<b>Qnt</b>	<b>Nome</b>	<b>Atividade</b>
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Reunião
2	Márcio de França Santos	Apoio
4	Mariana Panzera	Apoio
8	Maria Carolina Romi	Elaboração da ata
9	Juliana de Godoy	Apoio